



Política de Investimentos

2025-2029

Plano de Previdência
Complementar
PPC

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVOS	3
3.	DOCUMENTO DE APROVAÇÃO	4
4.	SOBRE A ENTIDADE	4
5.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS.....	5
6.	ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO	9
7.	ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS	9
8.	GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS	10
9.	MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE.....	11
10.	PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	14
11.	DIRETRIZES GERAIS PARA PROCEDIMENTOS DE INVESTIMENTOS.....	14
12.	SOBRE O PPC	15
13.	PASSIVO ATUARIAL.....	16
14.	QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES	17
15.	CENÁRIO MACROECONÔMICO	17
16.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	24
17.	OUTROS LIMITES	29
18.	RESTRICÇÕES.....	29
19.	DERIVATIVOS	29
20.	APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....	31
21.	GESTÃO DE RISCOS.....	32
22.	CONTROLES INTERNOS.....	45
23.	DESENQUADRAMENTOS.....	45

1. INTRODUÇÃO

O presente documento estabelece as diretrizes que serão adotadas na aplicação dos recursos do Plano de Previdência Complementar - PPC para o horizonte dos próximos cinco anos. Os parâmetros e estratégias aqui estabelecidos estão calcados nos objetivos de desempenho de longo prazo e nas regras definidas pela legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As diretrizes legais estabelecidas para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela FIPECq, ainda que não mencionadas de maneira explícita nesse documento, devem ser necessariamente seguidas. Essa política de investimentos será vigente entre 01/01/2025 e 31/12/2029, ou até sua alteração pelo Conselho Deliberativo da entidade.

A presente política tem o objetivo de atender às disposições contidas na Resolução CMN nº 4.994/2022, e alterações posteriores, nos artigos 11 e 12 do Estatuto da FIPECq e ao Regulamento do PPC.

As metas aqui estabelecidas têm como parâmetros básicos os limites legais definidos na Resolução CMN nº 4.994/2022, e alterações posteriores, com uma expectativa de crescimento real que resulte em um incremento patrimonial suficiente para atender às necessidades atuariais do Plano de Benefícios, buscando manter seu equilíbrio econômico-financeiro.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo desta Política de Investimentos é orientar e fornecer as diretrizes gerais para a aplicação de recursos do referido plano de benefícios pelos próximos cinco anos (2025 a 2029), sendo necessários ajustes promovidos com periodicidade anual.

Além disso, a Política de Investimentos destina-se a divulgar aos participantes, patrocinadores, órgãos de administração da entidade e órgãos reguladores e fiscalizadores as metas de alocação dos recursos garantidores do Plano PPC para o referido período.

A Política de Investimentos é, portanto, o documento que divulga ao público interessado o planejamento estratégico elaborado pela Diretoria Executiva, responsável pelo investimento dos

recursos garantidores dos planos previdenciários, sendo por isso um importante mecanismo de governança.

3. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

A presente Política de Investimentos foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 16 de dezembro de 2024, conforme ata nº 346.

4. SOBRE A ENTIDADE

A FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA foi criada em dezembro de 1978, tendo o seu funcionamento autorizado em maio de 1979, com o objetivo de administrar planos privados de concessão de benefícios complementares e semelhantes aos da previdência social a empregados e servidores das instituições e empresas patrocinadoras da Fundação. Atualmente, administra o Plano de Previdência Complementar (PPC) de Benefício Definido (BD), o FIPECqPREV, de Contribuição Definida (CD) instituído e o FIPECq Entes Federativos, de Contribuição Definida (CD).

“Gerir, com excelência, Planos de Previdência Complementar” é a missão da FIPECq.

4.1. Patrocinadores

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos¹

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada²

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico²

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

¹ Solicitação de Transferência: A FIPECq recebeu em 31.07.2024 o ofício DADM 022/2024, onde aquela Copatrocinadora informa que "o Conselho de Administração da FINEP decidiu no dia 19 de julho de 2024, por meio da DEL/CA/031/2024, pelo encerramento do processo de cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Previdência Complementar (PPC) da Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA – FIPECq para a BB Previdência. Tal decisão foi baseada na situação atual do PPC, que se encontra solvente e com rentabilidade adequada, e considerou uma série de documentos apresentados ao longo do período de sobrestamento, incluindo os estudos de economicidade elaborados pela Atest Consultoria Atuarial."

² Patrocinadores em processo de retirada de Patrocínio.

4.2. Instituidores

FIPECq Vida – Caixa de Assistência Social da FIPECq

Conselho Federal de Administração (CFA)

4.3. FIPECq Entes Federativos - Patrocinadores

- Município de Ariquemes - RO
- Município de Bauru - SP
- Município de Cajamar - SP³
- Município de Camboriú - SC
- Município de Campinas - SP
- Município de Canoinhas - SC
- Município de Estrela - RS
- Município de Estrela Velha - RS
- Município de Guarujá - SP
- Município de Harmonia - RS
- Município de Itapira - SP
- Município de Itatinga - SP
- Município de Itú - SP
- Município de Ivorá - RS
- Município de Jacobina – BA
- Município de Jaguariúna - SP
- Município de Laranjeiras do Sul - PR
- Município de Lavras - MG
- Município de Mandaguçu - PR
- Município de Paraíso - SP
- Município de Parisi - SP
- Município de Ribeirão Pires - SP
- Município de Salto de Pirapora - SP
- Município de Santo Antônio de Posse - SP
- Município de São João da Boa Vista - SP
- Município de São Miguel das Missões - RS
- Município de São Vicente - SP
- Município de Sumaré - SP
- Município de Tatuí – SP
- Município de Ubatuba - SP
- Município de Vargem Grande do Sul - SP
- Município de Votorantim - SP

5. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão.

5.1. Responsabilidades e deveres individuais comuns a todos

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à FIPECq, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

³ Aguardando aprovação do convênio de adesão pela Previc

- I. Ter pleno conhecimento, cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;
- II. Possuir capacidade técnica, conhecimentos e habilidades compatíveis com as responsabilidades inerentes ao exercício profissional de cargo, emprego ou função relacionada à gestão de investimentos;
- III. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;
- IV. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em potencial conflito de interesses; e
- V. Comunicar imediatamente a identificação de qualquer situação em que possa ser identificada ação, ou omissão, que não esteja alinhada aos objetivos dos planos administrados pela EFPC, independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

5.2. Distribuição de competências

Apresentam-se, a seguir, as principais atribuições de cada um dos órgãos de governança da Entidade, sem prejuízo de atribuições adicionais definidas em documentos internos da FIPECq:

Conselho Deliberativo

Responsabilidades	Objetivos
- Deliberar sobre a Política de Investimentos.	- Estabelecer as diretrizes de aplicação dos recursos dos planos.
- Autorizar investimentos iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores da Entidade	- Exercer maior controle sobre operações de grande volume.
- Nomear o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	- Assegurar que o Diretor nomeado tenha competência, habilidades e atitudes compatíveis com as atribuições e responsabilidades decorrentes da função.
- Nomear o Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR)	- Assegurar que o profissional nomeado tenha competência, habilidades e atitudes compatíveis com as atribuições e responsabilidades decorrentes da função.
- Deliberar acerca das demonstrações contábeis, relatório anual de informações (RAI)	- Aprovar os demonstrativos contábeis, após a devida apreciação por parte do Conselho Fiscal, disponibilizando suas informações aos participantes e assistidos por intermédio do RAI.
- Deliberar sobre o orçamento	Aprovar o Plano de Gestão Administrativa – PGA - Orçamento Geral, e as diretrizes para as suas eventuais alterações, bem como as efetivamente ocorridas na sua execução.
- Aprovar sobre o plano de custeio	Aprovar os Planos Anuais de Custeio

Conselho Fiscal

Responsabilidades	Objetivos
- Responsável por se manifestar, por meio do seu relatório de Controles Internos, sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos	Como órgão de controle interno da entidade, o principal objetivo é sua contribuição no processo de governança.

Política de Investimentos 2025-2029

- Examinar as demonstrações contábeis com emissão de parecer.	- Avaliar os atos de gestão e os resultados auferidos.
- Informar ao Conselho Deliberativo eventuais irregularidades verificadas acompanhadas de parecer técnico de empresa de auditoria contratada pela FIPECq, sugerindo, se cabível, medidas saneadoras.	- Verificar se as ações de controle interno são efetivas, assegurando a compatibilidade dos serviços com o objeto da contratação, adequação de preços ao nível de mercado, o respeito aos prazos de execução e a qualidade das entregas.

Diretoria Executiva

Responsabilidades	Objetivos
- Política de Investimentos: (i) elaborar (ii) submeter para apreciação do Comitê de Investimentos; e (iii) propor ao Conselho Deliberativo para apreciação final.	- Colaborar com o Conselho Deliberativo na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
- Acompanhar o desempenho da carteira e sua aderência aos objetivos do plano	- Cumprir com os objetivos dos planos administrados.
- Realizar estudos para investimentos/desinvestimentos e submetê-los para aprovação. - Realizar estudos de ALM.	- Maximizar os resultados dos planos administrados.
- Avaliar estudos para aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras	- Definir quais hipóteses atuariais devem ser utilizadas nos planos administrados.
- Deliberar acerca dos processos de seleção, monitoramento e avaliação de prestadores de serviços relacionados a gestão de investimentos.	- Mitigar o risco de terceirização, contratando empresas especializadas. - Assegurar que os prestadores de serviços apresentem habilitação emitida pelo correspondente regulador, para o exercício específico da atividade a contratada. - Assegurar que o prestador de serviços comprove possuir capacidade técnica e experiência relevante no especificamente no mercado de previdência complementar fechada.
- Apresentar aos órgãos colegiados as demonstrações contábeis, relatório anual de informações e relatórios de controles gerenciais.	- Realizar os devidos registros e prestar informações aos órgãos internos e externos, bem como aos participantes e assistidos.

Comitê de Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
- Analisar e aprovar a minuta da Política de Investimentos que será submetida ao Conselho Deliberativo para deliberação	- Auxiliar a Diretoria Executiva na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos.
- Acompanhar e monitorar a gestão de investimento dos planos administrados.	- Assessorar a Diretoria Executiva nas atividades de investimentos, cumprindo com as determinações normativas e da política de investimentos.
- Analisar e deliberar as propostas de investimentos e desinvestimentos enviadas ao Comitê de Investimentos em função de sua alçada	

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação da Política de Investimentos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades de investimento.	- Dirigir as atividades de investimento, assumindo o encargo de ser o principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos dos planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação das ações de gerenciamento de riscos, responsabilizando-se pelas ações e coordenação das atividades voltadas a esse propósito.	- Dirigir as atividades de identificação, análise, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.
- Realizar a análise prévia dos riscos de investimentos.	

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Responsabilidades	Objetivos
- Providenciar todo o necessário para a implementação de estudos para aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras	- Definir quais hipóteses atuariais devem ser objeto de estudo de aderência. - Validação dos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizadas no estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais.

Gerência De Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
- Coordenar a realização de estudos técnicos, por meio da análise de dados econômicos e financeiros amparados pela política de investimentos.	- Caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes
- Desenvolver projetos relacionados à área de investimentos, por meio do levantamento de necessidades e realização de estudos.	- Executar as atividades de planejamento, controle e demais rotinas correspondentes à sua área de atuação.
- Identificar e analisar oportunidades de investimento.	- Colaborar com a gestão da Fundação na identificação de oportunidades de alocação, enviando ao Comitê de Investimentos a proposta de realização de determinada operação.
- Gerenciar e coordenar os trabalhos e processos a serem submetidos ao Comitê de Investimentos.	- Possibilitar o controle, acompanhamento e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Coordenar a elaboração de propostas de Políticas de investimentos.	Colaborar com Diretoria Executiva na construção da estratégia de alocação, sob parâmetros exequíveis e compatíveis com a realidade da gestão e dos planos
- Gerenciar a Carteira de Investimentos dos Planos Administrados, monitorando o seu desempenho e riscos.	- Possibilitar a realização da gestão dos investimentos em linha com os princípios e propósitos estabelecidos na legislação e na política de investimentos.
- Zelar pela aplicação diligente dos recursos e pela manutenção dos níveis de risco dentro dos parâmetros definidos.	
- Coordenar a execução do cumprimento das obrigações acessórias sobre os investimentos perante ao(s) órgão(s) de regulação e fiscalização	- Garantir a conformidade ao arcabouço legal e regulamentar.

Analista De Investimentos

Responsabilidades	Objetivos
- Assessorar a emissão de parecer técnico por meio da análise de dados econômicos e financeiros relativos à política de investimentos.	- Caracterizar as responsabilidades dos técnicos diretamente relacionados aos investimentos relevantes
- Manter a documentação referente à sua atividade (pareceres e relatórios internos, atas, apresentações, etc.) sob sigilo e devidamente arquivada.	- Possibilitar o controle e rastreabilidade das decisões proferidas.
- Consolidar, acompanhar e monitorar a confecção de documentos de <i>compliance</i> , <i>gestão de riscos</i> e <i>enquadramento</i> .	- Atestar a conformidade ao arcabouço legal e regulamentar.
- Executar os procedimentos operacionais para o cumprimento das obrigações perante ao(s) órgão(s) de regulação e fiscalização.	- Garantir a conformidade ao arcabouço legal e regulamentar.
- Elaboração de relatórios gerenciais dos investimentos para uso interno e publicação.	- Fornecer acesso aos participantes e público interessado quanto à distribuição dos investimentos, rentabilidades, gestão de riscos e demais informações sobre a gestão dos recursos.

5.3. Política de Alçadas

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 108/01, compete exclusivamente ao Conselho Deliberativo autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) dos recursos garantidores da Entidade, ainda que sujeito à execução fracionada ou por meio de tranches, bem como as operações que envolvem o comprometimento de capital, ainda que não sejam sujeitas à execução imediata, também requerem a autorização do Conselho Deliberativo para sua execução.

Em todas as demais operações abaixo do referido limite, em conformidade com o art. 7º §1 da Resolução CMN nº 4.994/22, a FIPECq atribuiu a alçada de decisão ao Comitê de Investimentos.

6. ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, como estabelece a Resolução CMN nº 4.994.

O atual AETQ da FIPECq é o Sr. Claudinei Rolim Perez, Diretor de Investimentos, e sua indicação/aprovação ocorreu na Reunião do Conselho Deliberativo de 27 de junho de 2017, condicionado a sua habilitação junto a PREVIC, o que ocorreu em 07 de agosto de 2017.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)			
Nome	CPF	Cargo	Segmento de Investimentos
Claudinei Rolim Perez	029.232.798-67	Diretor de Investimentos	Todos os segmentos

7. ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RISCOS

A partir da Resolução CMN 4.994/2022, toda EFPC deverá designar administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos considerando o seu porte e complexidade.

Por decisão do Conselho Deliberativo na reunião 280ª de 23/01/2019, a FIPECq designou o Sr. Claudinei Rolim Perez, Diretor de Investimentos, como Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR).

8. GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

A FIPECq, na qualidade de administradora de planos, segue princípios, regras e práticas de governança, em conformidade com o seu porte e sua complexidade, de modo a garantir o cumprimento do seu dever fiduciário e dos seus objetivos estatutários e estratégicos que visam a gestão eficiente dos recursos que compõem as reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administra.

Entre os princípios que norteiam as decisões de investimentos, destacam-se a segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Ademais, toda a gestão da FIPECq se desenvolve com a devida prudência, lealdade e a boa-fé, em vistas a bem cumprir com o dever fiduciário intrínseco à atividade de gestor de recursos de terceiros.

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa em conjunto com os manuais de boas práticas na gestão de investimentos expedidos pelos órgãos reguladores, garantem que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

8.1. Certificação

Aos profissionais que desempenham suas funções em atividades ligadas à investimentos são exigidas a qualificação, certificação e habilitação necessárias para o exercício de suas atividades, de acordo com padrões estabelecidos pela regulamentação e em observância as melhores práticas.

Os participantes do processo de decisão na escolha dos investimentos e aqueles que estejam diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos da entidade, deverão estar certificados conforme critérios e prazos estabelecidos pela Resolução CNPC Nº 39, de 30 de março 2021 e alterações posteriores.

9. MITIGAÇÃO DE POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE

9.1. Conflitos de Interesse

O critério para definição de conflito de interesses adotado pela FIPECq na gestão dos investimentos está descrito no art. 12, parágrafo único, da Res. CMN nº 4.994/22:

“O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.”

Operações comerciais e financeiras não autorizadas

É vedado à FIPECq realizar quaisquer operações comerciais e financeiras⁴:

- I. Com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros, e com seus parentes até o segundo grau;
- II. Com empresa de que participem as pessoas a que se refere o item anterior, exceto no caso de participação de até cinco por cento como acionista de empresa de capital aberto; e
- III. Tendo como contraparte, mesmo que indiretamente, pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

A referida vedação não se aplica ao patrocinador, aos participantes e aos assistidos, que, nessa condição, realizarem operações com a entidade de previdência complementar, nos termos e condições previstos na Res. CMN nº 4.994/2022.

Dever de transparência e lealdade

A pessoa, física ou jurídica, interna ou externa à FIPECq, que participe do processo de gestão dos investimentos, em qualquer de suas etapas, independentemente de cargo, atribuição ou função desempenhada, mesmo que não possua qualquer poder deliberativo, atuando direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica contratada, na aplicação dos recursos dos planos, além das obrigações legais e regulamentares, deve:

⁴ Lei Complementar nº 109/01, art. 71.

- I. Observar atentamente a segregação de funções, abstendo-se de realizar tarefas ou atividades que possam comprometer a lisura de qualquer ato, próprio ou de terceiros, devendo comunicar de imediato ao seu superior imediato ou ao órgão colegiado que seja membro;
- II. Não tomar parte em qualquer atividade, no exercício de suas funções junto à EFPC ou fora dela, que possa resultar em potencial conflito de interesses;
- III. Obrigatoriamente não participar de deliberação sobre matéria onde seu pronunciamento não seja independente, isto é, matéria na qual possa influenciar ou tomar decisões de forma parcial;

9.1.1. Público Interno – Participantes do processo decisório e de assessoramento

A FIPECq não autoriza a realização de atividades em que os agentes envolvidos possam estar em situação de conflitos de interesses, real, potencial ou aparente.

Qualquer participante do processo decisório dos investimentos que incorra em evento de potencial conflito de interesses, ou em quaisquer outras decisões que puderem beneficiá-lo de modo particular, ainda que indiretamente, ou em que tiver interesse conflitante com o do plano de benefícios, não poderá se manifestar em nenhuma das fases do processo decisório, devendo proceder a imediata declaração de impedimento ou suspeição.

Para fins desta política, caracterizam eventos de potenciais conflitos de interesse, especialmente, mas não se limitando, em casos de:

- I. Situações de relacionamentos próximos com pessoas físicas ou jurídicas que tenham interesses em decisões ou informações confidenciais da entidade ou seus patrocinadores.
- II. Exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do cargo ou função, ou a favor de terceiros, em detrimento aos objetivos da entidade;
- III. Divulgar ou fazer uso de informações privilegiadas obtidas em função do cargo ou das atividades exercidas;
- IV. Atuar, direta ou indiretamente, em favor de interesses próprios ou de terceiros perante órgão regulador ou fiscalizador em razão do exercício do cargo.

9.1.2. Público Externo – Prestadores de Serviço

Qualquer pessoa física ou jurídica que venha a prestar serviços relacionados a gestão dos investimentos da Entidade, deverá exercer sua atividade no estrito interesse dos participantes e beneficiários dos planos, em total ausência de conflito de interesses, real, potencial ou aparente.

Para mitigar situações de potenciais conflitos de interesse, a FIPECq fará constar em seus contratos a serem realizados, cláusula com declaração de ausência de potenciais conflitos de interesses, obrigando-se o prestador comunicar a FIPECq casos que possam ser considerados como conflito de interesse. A FIPECq analisará esses casos e decidirá a melhor forma de equacioná-los ou, se for o caso, rescindir o contrato.

9.1.3. Lei Anticorrupção

A gestão dos ativos do plano de benefícios da FIPECq de que trata a presente Política de Investimentos deve levar em consideração as determinações contidas na Lei 12.846/2013 e Decreto Federal 8.420/2015, bem como o Código de Ética da Entidade e seus demais normativos internos.

A presente Política de Investimentos deve levar em consideração as melhores práticas de governança no que tange às medidas anticorrupção no Brasil e no mundo de forma a buscar, constantemente, os mais elevados padrões de integridade das pessoas envolvidas, alinhados à transparência dos processos e à sustentabilidade dos ativos e, conseqüentemente, da finalidade definida em seu Estatuto Social.

Sem prejuízo das disposições legais que regem a matéria ou outras disposições e normativos internos da FIPECq que tratem do assunto, qualquer pessoa sujeita a esta política está proibida de praticar o seguinte: oferecer ou autorizar a oferta ou a sugestão de suborno; aceitar, pagar ou receber suborno; solicitar ou aceitar propina para influenciar uma decisão, obter acesso não autorizado a informações confidenciais, se comprometer ou se omitir em casos de suborno e corrupção; utilizar-se de terceiros para executar qualquer das ações acima; utilizar-se de fornecedores, parceiros e agentes que estejam comprovadamente envolvidos em situações de corrupção ou suborno; movimentar fundos ou qualquer ativo que reconhecidamente ou por suspeita razoável estejam sendo utilizados para suborno ou corrupção.

Sempre que um representante da FIPECq souber do descumprimento desta política, de tentativa de suborno ou qualquer envolvimento em corrupção, aplicam-se as obrigações de reporte conforme estabelecido no Código de Ética e demais políticas pertinentes.

Na aplicação da presente Política de Investimentos a FIPECq deve tomar providências para que seus colaboradores, observem e cumpram rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando, à legislação brasileira anticorrupção, contra a lavagem de dinheiro, assim como as políticas internas da FIPECq aplicáveis à matéria.

10. PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

No relacionamento com prestadores de serviços, além das medidas de avaliação da capacidade técnica e de mitigação de conflitos de interesse descritas no capítulo anterior, a FIPECq estabelece critérios a serem observados nas fases de seleção, monitoramento e avaliação dos prestadores conforme parâmetros descritos no normativo interno “Instrução Normativa de Gestão de Contratos”.

11. DIRETRIZES GERAIS PARA PROCEDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela FIPECq, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos, rentabilidade esperada e garantias, se existentes.

A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas da alocação, considerando elementos essenciais tais como:

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise das características do investimento proposto e sua adequação aos objetivos do plano;
- Análise de desempenho do ativo, do fundo ou do gestor, conforme o caso;
- Análise dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e retorno das carteiras próprias e administradas serão executados de acordo com as diretrizes estabelecidas em normativo interno “Instrução Normativa para Avaliação, Gerenciamento e Acompanhamento do Risco e Retorno dos Investimentos”.

12. SOBRE O PPC

O Plano PPC, Plano de Previdência Complementar, modalidade Benefício Definido, foi criado em 1979. O plano baseia-se no princípio do mutualismo e os benefícios são pagos de forma vitalícia ao assistido, assim como seus benefícios de risco. Os planos de benefícios em operação no Brasil devem estar registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 56, de 14 de dezembro de 2022.

Plano de Benefícios – Posição Agosto/24	
Nome	PPC – Plano de Previdência Complementar
Modalidade	Benefício Definido
Meta Atuarial	INPC + 4,25% a.a.
CNPJ	48.306.576/0001-08
CNPB	1979.001618
Número de Patrocinadores	6
Número de Participantes	462
Número de Assistidos/Beneficiários	477
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2012 IAM Basic segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
Crescimento Salarial Real	Patrocinador FINEP*: 0,50% a.a. Patrocinadores FIPECq e CNPq: 0,00% a.a.
Principais Benefícios	Quanto aos Participantes: a) Aposentadoria por Invalidez; b) Aposentadoria por Idade; c) Aposentadoria por Tempo de Contribuição; d) Aposentadoria Especial; e) Auxílio-Doença; f) Abono Anual. Quanto aos Beneficiários: a) Pensão por Morte; b) Auxílio-Reclusão; c) Pecúlio por Morte; d) Abono Anual.

* Crescimento Salarial apurado pelo atuário no estudo de hipóteses e premissas para Avaliação Atuarial de 2024, a ser aprovado.

Por conta da Resolução CGPAR nº 25/2018, substituída pela Resolução CGPAR nº 37/2022, que estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de

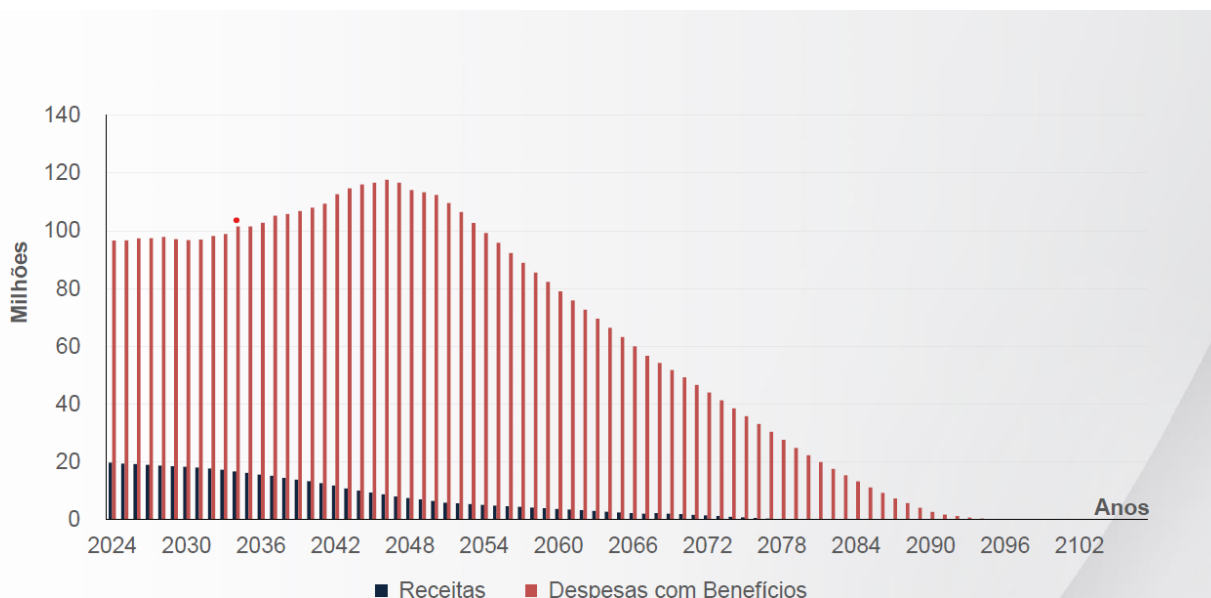
planos de benefícios de previdência complementar, o PPC está fechado para novas adesões e os efeitos desta determinação já estão contemplados nesta Política de Investimentos.

13. PASSIVO ATUARIAL

O controle de riscos em planos de previdência passa necessariamente pela identificação do passivo, que considera obrigações futuras ou expectativas de retorno de acordo com os tipos de plano de benefícios. A avaliação do risco atuarial integrado aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

A necessidade de uma gestão integrada entre ativos e passivos torna este tópico de extrema importância para avaliar se a carteira de investimentos está condizente com as necessidades do fluxo de pagamento dos benefícios do plano.

Nesse contexto, o gráfico a seguir representa a distribuição dos fluxos simulados, conforme estudo de *Asset Liability Management* (gerenciamento de ativos e passivos) ALM, ao longo do tempo com base na evolução do passivo.



Fonte: Estudo de ALM (Data-base julho/24)

O Estudo de ALM busca oferecer uma solução mais adequada para definição de regras que objetivam a preservação do equilíbrio e da solvência dos planos tendo como foco a gestão de

riscos com base na compreensão dos fatores determinantes no resultado de um plano. O estudo deve ser revisado periodicamente e sua elaboração deve:

- Considerar as classes de ativos elegíveis, bem como dados adicionais de liquidez, risco de mercado, risco de crédito e horizonte de investimentos;
- Apresentar como resultado uma carteira que proporcione retornos compatíveis com a meta atuarial e que minimize a probabilidade de déficit atuarial;
- Adotar os limites para cada classe de ativos respeitando as restrições legais e os limites utilizados para parametrização do modelo.

A apuração da meta atuarial deve considerar a *duration* do passivo, calculado de acordo com descrição técnica apresentada nas resoluções. Uma vez definida a duração do passivo atuarial, a meta de rentabilidade do passivo deve estar dentro do intervalo de taxas estabelecidas pela PREVIC, conforme quadro a seguir.

Referenciais do Plano de Benefícios	
<i>Duration</i> do passivo	16,52 anos
<i>Duration</i> do ativo	10,43 anos
Limite superior da taxa de juros real	4,81%
Limite inferior da taxa de juros real	3,45%

14. QUADRO RESUMO DE INFORMAÇÕES

Quadro Resumo	
Entidade Fechada de Previdência Complementar	FIPECq
Vigência	01/01/2025 a 31/12/2029
Ata do Conselho Deliberativo/Data de Reunião	346ª – 16/12/2024
Nome	PPC – Plano de Previdência Complementar
Cadastro Nacional do Plano de Benefícios (CNPB)	1979.001618
Modalidade do Plano	Benefício Definido
Meta Atuarial	INPC + 4,25% a.a.
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	Claudinei Rolim Perez
Administrador Responsável pela Gestão de Risco (ARGR)	
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)	Leonardo Bosco Mattar Altoé

15. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O contexto macroeconômico tem por objetivo traçar cenários a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover à

entidade análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.

As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises, com intuito de tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente. Em sequência, serão apresentados alguns dos indicadores considerados nos estudos de macro alocação que orientam a construção do portfólio do plano de benefícios, o qual é realizado por meio da construção de cenários que constam do referido estudo.

Primeiramente detalhando a conjuntura econômica internacional, especialmente sobre os principais mercados globais e seus potenciais impactos sobre a economia. Em sequência, a economia doméstica é analisada em suas principais características, considerando as políticas econômicas vigentes e seus possíveis impactos nos agregados macroeconômicos.

15.1. Conjuntura

15.1.1. Cenário Externo

O cenário global para 2025 ganha contornos cada vez mais desafiadores, evidenciado pelo aumento das tensões geopolíticas. Os conflitos como a guerra entre Rússia e Ucrânia, que já ultrapassa a marca de dois anos, e a escalada de hostilidades entre Israel e os grupos Hamas e Hezbollah, são fontes de instabilidade significativa. Este último, especialmente, apresenta um potencial alarmante de escalada para uma guerra regional no Oriente Médio, dado o potencial de envolvimento direto do Irã. Uma escalada desses conflitos pode resultar em gargalos nas cadeias de suprimento globais e impactos diretos nos preços das *commodities*, como petróleo e gás natural.

Nos Estados Unidos, apesar do relativo bom desempenho recente da atividade econômica, e o consequente afastamento de uma recessão econômica que chegou a ser um risco significativo no período pós pandemia de COVID-19, um ambiente de incerteza política aumenta, notadamente em função das eleições presidenciais que se aproximam. Os candidatos ainda não se pronunciaram de forma clara sobre suas posturas na política externa americana, as quais certamente terão desdobramentos não apenas nos conflitos já mencionados, mas também nas relações com a China, particularmente em relação às tensões sobre Taiwan.

Na atividade econômica chinesa, espera-se a continuidade da desaceleração observada desde a reabertura pós-pandemia. Agentes do mercado identificam fatores estruturais profundos, como o envelhecimento da população, baixa produtividade e a crise imobiliária como causas dessa desaceleração observada. Assim, é provável que o governo chinês adote medidas para mitigar os efeitos desse cenário desafiador, através de políticas econômicas, fiscais e monetárias que visem retardar a sensibilização em larga escala da economia no curto prazo.

Na Europa, as atenções estarão voltadas para como o Banco Central Europeu (BCE) lidará com a recente baixa da inflação, que chegou a níveis de deflação em alguns países da zona do euro. A persistência da fraca atividade econômica após a reabertura poderá abrir espaço para a redução das taxas de juros, que são consideradas altas pela maioria dos agentes de mercado, impulsionando uma potencial recuperação econômica.

15.1.2. Cenário Doméstico

No ambiente doméstico, as políticas fiscal e monetária do Governo Federal continuam a ser os principais focos de atenção dos agentes de mercado. No âmbito fiscal, a percepção geral é que o governo enfrentará desafios significativos para o ajuste das contas públicas em 2025, dado o elevado patamar dos juros, que pressionam fortemente o serviço da dívida pública. Mesmo que haja cortes nas taxas, espera-se que os juros continuem altos durante todo o ano, com impactos na situação fiscal.

Na política monetária, a condução da trajetória dos juros e a percepção da real independência do Banco Central (Bacen) estarão em destaque, especialmente após a troca da Presidência da instituição. As ações do Bacen para alinhar a inflação ao centro da meta, tanto no curto quanto no médio e longo prazos, serão observadas atentamente pelo mercado.

Os indicadores da atividade econômica brasileira também serão pautas centrais. Projeta-se desacelerações nos principais indicadores macroeconômicos, com destaque para o Produto Interno Bruto (PIB). O mercado prevê um crescimento de 1,9% para o PIB em 2025, comparado a 3% em 2024, conforme indicado pelo Boletim Focus de 04.10.2024. Essa desaceleração pode impactar a confiança dos investidores e as expectativas de consumo, refletindo-se diretamente nas expectativas para os mercados de renda fixa e variável.

Dessa forma, os desdobramentos do cenário externo e interno tendem a influenciar as dinâmicas dos mercados financeiros. A instabilidade geopolítica pode impactar negativamente nos mercados de ações e, conseqüentemente, limitando o apetite por investimentos em ativos de maior risco.

Por outro lado, uma eventual flexibilização na política monetária tanto nos Estados Unidos quanto na Europa pode criar um fluxo de capital em busca de melhores retornos, potencialmente beneficiando os mercados de renda variável, especialmente aqueles com exposição internacional. Para a renda fixa, a expectativa de juros elevados durante um período prolongado poderá resultar em um aumento nas taxas de rendimento de novos títulos, enquanto os títulos existentes podem sofrer desvalorização em um ambiente de taxa alta.

Por fim, o ajuste nas contas públicas será crucial para a credibilidade do governo e a manutenção de um ambiente de investimento estável. A confiança do investidor nas políticas fiscais e monetárias será determinante para a evolução dos mercados em 2025 e nos próximos anos.

15.2. Cenário utilizado

O cenário utilizado para desenvolvimento da Política de Investimentos toma como base o cenário produzido pelo Banco Central do Brasil – BACEN, notadamente reconhecido pelo mercado financeiro como balizador de informações, através da adoção do SISTEMA DE EXPECTATIVAS do dia 21/10/2024 para os indicadores existentes em sua composição. Quanto aos demais itens (cenário de renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior) foram considerados cenários desenvolvidos pela Consultoria Especializada i9Advisory.

SEGMENTO	CLASSE DE ATIVOS	2025	2026	2027	2028	2029	MÉDIA LONGO PRAZO
RENDA FIXA	BETA (SELIC)	11,25%	9,50%	9,00%	9,00%	9,00%	9,55%
	CRÉDITO PRIVADO (IDA-Geral)	12,81%	11,03%	10,53%	10,53%	10,53%	11,08%
RENDA VARIÁVEL	BETA (IBOVESPA)	21,77%	19,86%	19,31%	19,31%	19,31%	19,91%
	SMALL CAPS (SMLL)	21,53%	19,62%	19,07%	19,07%	19,07%	19,67%
	DIVIDENDOS (IDIV)	20,85%	18,95%	18,41%	18,41%	18,41%	19,00%
	VALOR (IVBX-2)	20,87%	18,97%	18,43%	18,43%	18,43%	19,03%
ESTRUTURADO	FUNDOS MULTIMERCADOS	12,04%	10,28%	9,77%	9,77%	9,77%	10,33%
EXTERIOR	EXTERIOR COM HEDGE (EX RENDA VARIÁVEL)	12,65%	10,88%	10,37%	10,37%	10,37%	10,93%
	RENDA VARIÁVEL (MSCI WORLD BRL)	19,91%	18,02%	17,48%	17,48%	17,48%	18,07%
IMOBILIÁRIO	FUNDOS IMOBILIÁRIOS (IFIX)	11,27%	9,52%	9,02%	9,02%	9,02%	9,57%
	DÓLAR (R\$/US\$)	R\$ 5,40	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,32
	IPCA/INPC	3,99%	3,60%	3,50%	3,50%	3,50%	3,62%
	PIB	1,93%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	1,99%
	SELIC	11,25%	9,50%	9,00%	9,00%	9,00%	9,55%

Fonte: Juros (Selic), Inflação (IPCA/INPC), Dólar e PIB: Boletim Focus Banco Central do Brasil (Bacen) aos demais itens (cenário de renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior) foram considerados cenários desenvolvidos pela i9Advisory

RENDA VARIÁVEL

O IBOVESPA é o principal e mais antigo índice acionário brasileiro, que engloba as principais ações listadas na B3. Devido à natureza das ações como classe de ativos, caracterizada por uma volatilidade muito alta e, portanto, sujeita a inúmeras variáveis, optou-se por utilizar a seguinte metodologia para apurar o prêmio justo esperado:

- Calculou-se o índice Sharpe do MSCI World em Reais, que foi de 0,40 na janela desde janeiro de 2010.
- Em seguida, esse valor foi multiplicado pela volatilidade histórica do IBOVESPA (23,65%) para obter um prêmio esperado de 9,46%.

$$\text{IBOVESPA (beta)} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 9,46\% \text{ (prêmio justo)}$$

ÍNDICE DIVIDENDOS B3 (IDIV)

O IDIV é um índice acionário que inclui as ações que proporcionam maiores remunerações ao investidor por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio.

A metodologia usada para o IBOVESPA foi aplicada ao IDIV, que tem uma volatilidade histórica de 21,57%. Portanto, o prêmio esperado para o IDIV é de 8,63%.

$$\text{IDIV} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 8,63\% \text{ (prêmio justo)}$$

ÍNDICE VALOR B3 E VALOR ECONÔMICO (IVBX-2)

O IVBX-2 é um índice acionário que abrange as ações de empresas consideradas bem-conceituadas pelos investidores.

A metodologia empregada para o IBOVESPA foi aplicada ao IVBX-2, que apresenta uma volatilidade histórica de 21,63%. Portanto, o prêmio esperado para o IVBX-2 é de 8,65%.

$$\text{IVBX-2} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 8,65\% \text{ (prêmio justo)}$$

ÍNDICE SMALL CAP B3 (SMML)

O SMML é um índice acionário que compreende as ações de empresas com menor capitalização listadas na bolsa brasileira.

A metodologia utilizada para o IBOVESPA foi aplicada ao SMML, que apresenta uma volatilidade histórica de 23,11%. Portanto, o prêmio esperado para o SMML é de 9,24%.

$$\text{SMML} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 9,24\% \text{ (prêmio justo)}$$

FUNDOS MULTIMERCADOS – ÍNDICE HEDGE FUNDS ANBIMA (IHFA)

O IHFA é o principal índice de fundos multimercados, que para as EFPCs fazem parte do segmento Estruturados. Atualmente, o índice é composto por mais de 300 fundos multimercados de várias classificações, como macro, long short, long biased, trading, entre outros. Ele é cada vez mais utilizado pelo mercado para representar esse segmento.

Em sua maioria, os fundos incluídos no IHFA têm metas de rentabilidade vinculadas ao CDI. Por esse motivo, o beta deste segmento é considerado como a taxa SELIC.

Ao analisar historicamente o retorno do IHFA em relação ao seu beta, que é a taxa SELIC, identificamos um prêmio histórico de 0,71% em relação à SELIC.

$$\text{IHFA} = \text{SELIC (beta)} + 0,71\% \text{ (alfa)}$$

FUNDOS NO EXTERIOR COM HEDGE CAMBIAL (EXCETO RENDA VARIÁVEL)

Para esta classe de ativos, devido à diversidade de fundos disponíveis na indústria brasileira, não há um benchmark único. Portanto, foi utilizada uma média de retornos dos fundos disponíveis

para aplicação por parte dos fundos de pensão, na categoria de Investimento no Exterior com Hedge.

É importante notar que esses fundos possuem hedge cambial, o que significa que eles trocam a variação cambial pelo CDI. Isso resulta em uma correlação elevada com o ativo livre de risco do país, a taxa SELIC. Por esse motivo, a taxa SELIC é utilizada como o beta para essa classe de ativos.

Ao analisar historicamente o retorno dessa amostra em relação ao seu beta, a taxa SELIC, foi identificado um prêmio histórico de 1,26% em relação à SELIC. O período utilizado para calcular o prêmio foi, portanto, do início de 2018 até agosto de 2024.

MSCI WORLD EM REAL – ATIVO MAIS O EFEITO CAMBIAL

O MSCI World é o principal índice acionário global, que inclui ações de vários países em todo o mundo, com destaque especial para os EUA, Europa e Ásia, que juntos representam mais de 80% do índice.

Para determinar o retorno histórico, comparamos o desempenho do MSCI World em relação à taxa SELIC e identificamos um prêmio histórico de 7,78%.

$$\text{MSCI WORLD EM REAL} = \text{SELIC (ativo livre de risco)} + 7,78\% \text{ (prêmio justo)}$$

ÍNDICE DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS B3 (IFIX)

O IFIX é o principal índice de fundos imobiliários. Atualmente, o índice é composto por mais de 90 fundos imobiliários de diversas características, como lajes corporativas, desenvolvimento, logística, entre outros. Ele é amplamente utilizado pelo mercado.

Ao analisar historicamente o retorno do IFIX em relação ao seu beta, que é a taxa SELIC, foi identificado um prêmio histórico de 0,02% em relação à SELIC. É importante destacar que o período de análise compreendeu de janeiro de 2011 a agosto de 2024, uma vez que o índice foi iniciado em janeiro de 2011.

$$\text{IFIX} = \text{SELIC (beta)} + 0,02\% \text{ (alfa)}$$

Imóveis: Inflação (IPCA).

Operações com Participantes: INPC+ 4,80% ao ano

15.3. Rentabilidade Esperada

SEGMENTO	Cenários 2025		
	Base	Pessimista	Otimista
Consolidado	10,94%	5,29%	12,52%
Renda Fixa	9,86%	7,75%	11,25%
Renda Variável	21,77%	-16,01%	25,22%
Estruturados	8,41%	-2,90%	14,01%
Imobiliário	3,99%	3,40%	6,01%
Operações com Participantes	8,98%	7,55%	10,01%
Exterior	15,58%	-6,22%	26,33%

Notas:

1.A Rentabilidade Esperada não é o único fator determinante para a definição do portfólio de investimentos do Plano PPC. A proposta de Alocação Objetivo, apresentada no item 16 a seguir, leva em conta ainda outros fatores, como o estudo de macro alocação (ALM), risco (volatilidade) de cada classe de ativos, maturidade do Plano e a liquidez adequada para fazer frente aos compromissos assumidos. O resultado almejado é uma carteira com resultados compatíveis e adequados em termos de risco e retorno.

2.Os cenários pessimista e otimista são calculados a partir da volatilidade de cada segmento. Os valores representam a volatilidade de cada segmento aplicada ao cenário base (valores máximos e mínimos calculados na distribuição de retornos).

16. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Resolução CMN 4.994/22 estabelece que os planos devam definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente.

A modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos nos diversos segmentos; os limites máximos de aplicação em cada segmento e ativo; indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos; a

escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO ATUAL*	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
				INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	83,74%	84,45%	50%	100%
Renda Variável	70%	7,97%	7,97%	0%	20%
Estruturado	20%	6,18%	5,23%	0%	20%
Imobiliário	20%	0,31%	0,34%	0%	10%
Operações com Participantes	15%	1,33%	1,31%	0%	15%
Exterior	10%	0,47%	0,70%	0%	5%

*Fonte: Relatórios de Compliance - posição de setembro/24

A alocação objetivo disposta nesta política de investimentos deve ser compreendida como uma diretriz de alocação, com o intuito de balizar os investimentos no longo prazo. Os limites inferiores e superiores devem ser respeitados, bem como os demais limites estabelecidos pela legislação em vigor.

16.1. Investimentos Táticos

Os limites mínimo e máximo estabelecidos no quadro de alocação têm por objetivo dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

Cabe destacar que os investimentos táticos requerem agilidade e podem envolver a aquisição de ativos em movimento de queda significativa de preços, ou mesmo de operações estruturadas. Os investimentos táticos apresentam, em geral, alguma liquidez.

Os investimentos táticos são importantes para proporcionar retorno incremental à carteira ou para limitar o potencial impacto negativo de riscos mais relevantes no curto prazo.

Nesse contexto, cumpre informar que a gestão dos Investimentos Táticos da FIPECq é realizada, principalmente, por meio do Fundo Bússola, conforme breve histórico de sua constituição e rentabilidade que se apresenta a seguir.

16.1.1 Constituição e Principais Características do Fundo Bússola

O Fundo Bússola teve o seu início operacional em 03.03.2020, conforme aprovação pelo Comitê de Investimentos em 27.08.2019 e de acordo com os estudos contidos Parecer Técnico DIN 020/2019. O Conselho Deliberativo tomou conhecimento em 04.03.2020, conforme registros da 290ª Reunião Ordinária do Conselho.

O Fundo Bússola foi estabelecido inicialmente como um fundo exclusivo, destinado inicialmente a concentrar os investimentos da FIPECq em cotas de fundos de investimentos (FIC), das modalidades renda variável e multimercado, com o *benchmark* definido à época composto por 65% Ibovespa + 35% CDI.

Com a evolução e maturidade do processo de Gestão do Fundo, o Comitê de Investimentos aprovou em 17.11.2022 o estudo contido no Parecer Técnico DIN 019/2022, alterando a estrutura de Fundo Exclusivo para Fundo Restrito e, também, de FIC (fundo de cotas) para Fundo Multimercado, o que ampliou as possibilidades de gestão dos recursos, possibilitando a alocação direta em ativos financeiros e a realização de *hedge* para proteção da carteira em momentos de grande volatilidade.

Na busca contínua para aperfeiçoamento da gestão dos recursos do Fundo, o Comitê de Investimentos aprovou em 16/11/2023 o estudo técnico Parecer DIN 014/2023, visando a atualização estratégica de alocação-objetivo do Fundo, bem como a definição de uma estrutura adequada para alocação dos investimentos no segmento de Renda Fixa, com a correspondente atualização dos índices de referência (*benchmark*) para 50% Ibovespa e 50% CDI.

16.1.2 Histórico de Rentabilidade do Fundo Bússola

Conforme mencionado anteriormente, o Fundo Bússola teve suas operações iniciadas em 03.03.20, nos dias que antecederam os primeiros registros do início da crise desencadeada pela Pandemia do COVID-19, com os conhecidos desdobramentos e impactos no mercado de capitais.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que nos anos seguintes, ou seja, entre 2021, 2022, 2023 e 2024, verificou-se grandes desafios em termos da gestão de ativos de maior exposição a risco de mercado, em função de questões como a eleição presidencial no Brasil e, posteriormente, expressiva volatilidade em decorrência das Guerra Rússia/Ucrânia e atualmente no oriente médio.

Mesmo nesse ambiente desafiador, conforme quadro abaixo, observa-se que o desempenho do Fundo Bússola apresentou uma rentabilidade nominal de 52,89% (desde 16/05/2020 que representa início efetivamente do portfólio do Fundo rebalanceado pelo Gestor), ficando ligeiramente abaixo do seu benchmark atual (50% Ibovespa + 50% CDI) apurado em 60,52% (*spread* negativo de 7,63%):

Rentabilidade Histórica do Fundo Bússola

FIPECQ					
RENTABILIDADE					
	2024*	2023	2022	2021	2020 **
BÚSSOLA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	2,76%	19,08%	-0,32%	-6,21%	0,97%
Benchmark 1 (50% IBOVESPA + 50% CDI)	4,07%	17,41%	7,66%	-6,25%	8,79%
Benchmark 2 (50% IVBX-2 + 50% CDI)	3,62%	15,18%	-2,59%	-5,77%	1,84%
Benchmark 1 (Spread)	-1,31%	1,67%	-7,98%	0,04%	-7,82%
Benchmark 2 (Spread)	-0,85%	3,91%	2,27%	-0,44%	-0,86%
CDI	7,10%	13,05%	12,37%	4,40%	2,05%
IBOVESPA	1,36%	22,28%	4,69%	-11,93%	12,77%
IVBX-2	0,38%	17,39%	-12,91%	-11,70%	1,71%

* Rentabilidade de 01/01/2024 - 30/08/2024

** Rentabilidade de 03/03/2020 - 31/12/2020

Fonte: Relatório de Rentabilidade – Posição 30.08.2024

16.2. Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 4.994/22 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (*benchmarks*) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou *benchmark*, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.

SEGMENTOS	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,25% a.a.	INPC + 6,68% a.a.
Renda Fixa	IPCA	INPC + 5,64% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	IBOVESPA + 1,00% a.a.
Estruturado	CDI	INPC + 4,25% a.a.
Imobiliário*	IPCA	IPCA
Operações com Participantes	INPC + 4,80% a.a.	INPC + 4,80% a.a.

Exterior	50% MSCI + 50% CDI	INPC + 11,17% a.a.
----------	--------------------	--------------------

(*) Este segmento é composto principalmente por um imóvel, atualmente desocupado e em avaliação de estratégias para geração de retorno ao plano. Além disso, espera-se uma incorporação passiva de dois imóveis, fruto de execução judicial.

16.3. Histórico de Rentabilidades

Conforme determinado no art. 212, inciso III da Instrução Previc nº 23 de 2024, a FIPECq apresenta o histórico de rentabilidade dos últimos cinco anos do plano:

SEGMENTOS	2020	2021	2022	2023	2024*	Últimos 5 anos
Consolidado	8,11	11,07	13,53	11,93	6,23	62,10
Renda Fixa	10,37	16,16	11,97	11,12	7,44	71,38
Renda Variável	1,52	-13,69	-8,45	26,15	-0,88	0,30
Estruturados	14,85	6,54	19,55	8,11	2,20	61,62
Imobiliário	-6,90	-27,59	-4,20	10,22	-3,47	-31,29
Operações com Participantes	11,31	15,46	10,41	9,83	6,51	65,99
Exterior	-	13,70	-25,31	6,16	7,40	-3,17

*Posição até agosto/24

16.4. Mandatos

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota a estrutura gerencial de **mandatos** para o monitoramento de seus investimentos.

Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo etc. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos financeiros inerentes a cada mandato.

O quadro a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos *benchmarks*. Os índices de referência e as metas de rentabilidade estabelecidas anteriormente, para cada segmento, representam uma estimativa da consolidação dos mandatos.

MANDATOS	BENCHMARK
ATIVO (fundo exclusivo)	50% IBOVESPA + 50% CDI
ALM	-
CRÉDITO INFLAÇÃO	IPCA + 7,50%
CRÉDITO CDI	CDI + 0,90%
ESTRUTURADOS (FIPs)	INPC + 5,00%

17. OUTROS LIMITES

Os limites inferior e superior, por segmento, estabelecidos na tabela “Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação”; anteriormente descritos, são, em sua maioria, mais restritivos que aqueles apresentados na Resolução CMN nº 4.994. Os demais limites e concentração de investimentos, inclusive por modalidade de investimento, respeitarão aqueles estabelecidos na referida Resolução.

18. RESTRIÇÕES

Na aplicação dos recursos, o plano observa as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/22 e alterações posteriores para as modalidades de investimento elegíveis.

As restrições impostas nesta Política de Investimentos se aplicam unicamente aos investimentos realizados diretamente, ou seja, em carteira própria ou através de fundos de investimentos exclusivos. As aplicações em cotas de fundos abertos condominiais, realizadas diretamente ou por intermédio de carteira própria, estão sujeitas somente à legislação aplicável e aos seus regulamentos específicos.

As restrições e limites impostos nessa Política de Investimentos não incidem sobre os investimentos realizados em exercícios anteriores, quando da vigência de outra Política de Investimentos, para fins de enquadramento.

19. DERIVATIVOS

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994 e regulamentações posteriores. Registre-se que a FIPECq não realiza operações de Derivativos na sua carteira própria, de tal forma que os limites detalhados a seguir são estabelecidos em relação às alocações por meio de Fundos de Investimentos, cujos Gestores também deverão obedecer aos critérios estabelecidos pela PREVIC/CMN, notadamente a referida resolução CMN 4.994/22.

O controle da exposição indireta em derivativos é feito tempestivamente com base em relatórios elaborados por Consultoria Especializada, contemplando os seguintes aspectos:

- Dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e

- Das despesas com a compra de opções.

O controle da exposição a derivativos deve ser realizado individualmente por veículo de investimento. Antes de executar qualquer operação com derivativos, a entidade deve se preparar para avaliar os riscos envolvidos, apresentar um sistema de controles internos adequado para a operação em questão e verificar se há o registro da operação em bolsa de valores ou mercadorias e futuros. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- Títulos da dívida pública federal;
- Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, LF etc.); e
- Ações integrantes do Índice Bovespa.

A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:

- Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem requerida para operações com derivativos;
- Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.

Cumpramos ressaltar que apesar de permitido pela legislação, a FIPECq não realiza diretamente nenhum tipo de operação com derivativos em sua carteira própria e nem pretende realizar ao longo da vigência desta política de investimentos.

O fundo exclusivo da Entidade poderá utilizar derivativos apenas para proteção (hedge). Portanto, o gestor deve se limitar ao uso de instrumentos como: opções, futuro e swap, geralmente na posição passiva ou vendida e deve comprovar por intermédio de estudo técnico o custo da operação, se aplicável, e adicionalmente elaborar relatório com as vantagens em realizar este movimento por intermédio de derivativos versus a utilização dos ativos tradicionais.

Para os fundos abertos em primeiro e segundo nível (investidos pelo fundo exclusivo) que possuem gestão discricionária, há possibilidade de utilização de derivativos para posicionamento, ficando a cargo do gestor a análise de cada operação e o enquadramento em relação aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994.

O controle destes derivativos investidos indiretamente por meio de fundos de terceiros é realizado pela consultoria de risco contratada pela FIPECq.

20. APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela FIPECq (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado as legislações vigentes.

O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo custodiante contratado pela FIPECq ou pelo custodiante dos fundos de investimento alocados. Dessa forma, pode-se estabelecer que esse apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- Metodologia: conforme manual disponibilizado pelo agente custodiante;
- Fontes: poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a B3. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializadas e com reconhecida capacidade;
- Modalidade: em geral, os ativos serão marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

É recomendável que as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

De acordo com o manual de boas práticas da PREVIC “a verificação do equilíbrio econômico e financeiro dos planos de benefícios depende da precificação dos ativos, ou seja, é preciso que a entidade busque, diretamente ou por meio de seus prestadores de serviços, modelos adequados de apreçamento. A forma de avaliação deve seguir as melhores práticas do mercado financeiro na busca do preço justo, considerando-se ainda a modalidade do plano de benefícios”.

21. GESTÃO DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo II “Dos Controles Internos, da Avaliação e Monitoramento de Risco e do Conflito de Interesse e de Avaliação de Risco” da Resolução CMN nº 4.994/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela FIPECq.

Portanto, o objetivo deste item é demonstrar a análise dos principais riscos, destacando a importância de se estabelecer regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles o risco, atuarial de mercado, de crédito, de liquidez, legal, terceirização e sistêmico. Esse tópico disciplina ainda o monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994/2022 e por esta Política de Investimento.

21.1. Risco Atuarial

O risco atuarial é proveniente do descasamento entre ativos e passivos, da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para a fundação honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes do plano.

De acordo com a Resolução CNPC nº 30/18 e a Instrução PREVIC nº 33/20, alterada pela Resolução PREVIC nº 23/23, a Entidade deve realizar a confrontação entre as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez constante da tábua biométrica utilizada em relação àquelas constatadas junto à massa de participantes e assistidos considerando, no mínimo, o período histórico dos últimos três exercícios, e confrontar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores.

A mesma Resolução determina, ainda, que compete ao Conselho Fiscal da Entidade Fechada atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

Ratificado pelo Guia Previc de Melhores Práticas em Fundos de Pensão, o gerenciamento do risco atuarial visa garantir os padrões de segurança econômico-financeira, haja vista a finalidade específica de manutenção da liquidez, solvência e equilíbrio dos planos. O monitoramento do risco atuarial pela FIPECq inclui a verificação da aderência das premissas atuariais, como tábua de mortalidade e taxa de desconto do passivo atuarial e verificação periódica de estudos de macro alocação que visam aproximar os ativos e passivos.

De forma complementar, a FIPECq acompanha o índice de solvência do plano, que consiste no pagamento de benefícios aos seus assistidos. Sendo assim, o acompanhamento do crescimento das obrigações atuariais em conjunto com a evolução dos recursos garantidores, considerando não apenas a entrada das contribuições, mas também a receita dos investimentos é de extrema importância:

$$\text{Índice de Solvência} = \frac{\text{Ativo Líquido}}{\text{Provisão Matemática}}$$

21.2. Risco de Mercado

Segundo o Art. 10 da Resolução CMN nº 4.994/2022, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através de duas ferramentas estatísticas: (i) *Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)* e (ii) *Stress Test*. O *VaR (B-VaR)* estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado. O *Stress Test* avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

20.2.1. VaR e B-VaR

Com o objetivo de a Entidade controlar a volatilidade das carteiras do plano, o acompanhamento do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados serão feitos por meio do VaR, e o segmento de Renda Variável por meio do B-VaR, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

SEGMENTOS	LIMITE	MODELO
Renda Fixa	2,40%	VaR
Renda Variável	15,00%	B-VaR (Ibovespa)
Investimentos Estruturados	6,50%	VaR
Investimentos Exterior	15,00%	VaR
Imobiliário (Fundo Imobiliários)	15,00%	VaR
CONSOLIDADO	3,49%	-

20.2.2. Stress Test

A avaliação dos investimentos em análises de *stress* passa pela definição de cenários que consideram mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de *stress* não precisam apresentar relação com o passado, uma vez que buscam simular futuras variações adversas.

Para o monitoramento do valor de *stress* da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: B3

- Periodicidade: mensal

O modelo adotado para as análises de *stress* é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Cabe registrar que essas análises não são parametrizadas por limites, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

21.3. Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

21.3.1. Abordagem Quantitativa

A Entidade utilizará para essa avaliação os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. As agências domiciliadas no país devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso de agências domiciliadas no exterior, essas devem ser reconhecidas pela CVM.

Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- Grau de Investimento; e
- Grau Especulativo.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras, será considerado o rating da instituição;
- Para títulos emitidos por quaisquer outras instituições não financeiras, será considerado o rating da emissão, e não o rating da companhia emissora;

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui rating por pelo menos uma das agências classificadoras de risco, e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior às faixas classificadas como “Investimento” a seguir:

TABELA DE RATINGS (Crédito emitido por instituições Financeiras e Não Financeiras - Debêntures, Notas Comerciais.)					
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Grau	
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	Investimento	
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br		
	AA (bra)	brAA	Aa2.br		
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br		
3	A+ (bra)	brA+	A1.br		
	A (bra)	brA	A2.br		
	A- (bra)	brA-	A3.br		
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br		Especulativo
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br		
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br		
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br		
	BB (bra)	brBB	Ba2.br		
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br		
6	B+ (bra)	brB+	B1.br		
	B (bra)	brB	B2.br		
	B- (bra)	brB-	B3.br		
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br		
	CC (bra)	brCC	Ca.br		
	C (bra)	brC	C.br		
8	D (bra)	brD	D.br		

TABELA DE RATINGS (Crédito Estruturado – FIDCs, FIC FIDCs, CRAs, CRIs)				
Faixa	Liberum	Austin	Grau	
1	AAA	brAAA	Investimento	
2	AA+	brAA+		
	AA	brAA		
	AA-	brAA-		
3	A+	brA+		
	A	brA		
	A-	brA-		
4	BBB+	brBBB+		Especulativo
	BBB	brBBB		
	BBB-	brBBB-		
5	BB+	brBB+		
	BB	brBB		
	BB-	brBB-		
6	B+	brB+		
	B	brB		
	B-	brB-		
7	CCC	brCCC		
	CC	brCC		
	C	brC		
8	D			

- Caso duas das agências classificadoras admitidas classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos ou emissores será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.
- Serão considerados os ratings das Agências Liberum e Austim estritamente para as operações de Crédito Estruturado tais como FIDCs, FIC FIDCs, CRAs e CRIs.

21.3.2. Exposição a crédito

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Total em Crédito (considerando grau de investimento e especulativo)	10%
Grau de investimento (Liberum + Austin)	1%
Grau especulativo	2%

Não serão realizados novos investimentos enquadrados como Grau Especulativo, ou seja, com *rating* abaixo das notas indicadas nas tabelas acima. O referido limite de 2% (dois por cento) é atribuído apenas para eventuais reclassificações (rebaixamento) de *rating* de ativos da carteira de investimento.

21.3.3. Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (*rating*) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir.

No caso de investimentos indiretos (por meio de fundos de investimentos), cujo gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento do fundo.

Análise dos emissores

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

Análise de prospectos e outras documentações

Em uma operação estruturada, além da necessidade de se observar as diretrizes gerais mencionadas nesta política, bem como nos normativos internos, é necessária, também, a análise jurídica das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento, etc.

Comparação da *duration* e fluxo de caixa

A *duration* de uma operação pode ser considerada na tomada de decisão de forma a ordenar a preferência, quanto a operações de mesmo retorno e diferente *duration*, sendo, portanto, uma variável de análise importante.

Análise do impacto de nova operação na carteira

Para completar a análise, depois de consideradas as características individuais da operação e de compará-la com alternativas disponíveis, é necessário analisar o impacto da inserção deste papel na carteira atual. Esta análise também deve ter um aspecto quantitativo preponderante, sem perder de vista as metas atuariais e os critérios de enquadramento da carteira.

Monitoramento de operações de crédito

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de rating e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

21.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência das seguintes situações:

- Indisponibilidade de recursos para liquidação de suas obrigações atuariais (Passivo) na sua respectiva competência; e/ou
- Posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

Serão adotados os seguintes mecanismos de controle para mitigação desses riscos:

CONTROLES DO RISCO DE LIQUIDEZ	
Risco	Controles adotados
Cotização de Fundos de Investimento	• Observação das regras para solicitação de resgates, cotização e pagamento de resgates;
	• Observação do prazo de duração do fundo, no caso de fundos fechados.

Liquidez de Ativos	<ul style="list-style-type: none"> • Observação dos limites de concentração e diversificações estabelecidos pela legislação vigente;
	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de uma carteira de fundos referenciados de alta liquidez para cobertura das necessidades de curto prazo do plano de Benefícios;
	<ul style="list-style-type: none"> • Observação da liquidez do mercado secundário.
Pagamento de Obrigações	<ul style="list-style-type: none"> • O risco de cumprimento das obrigações é continuamente monitorado e os estudos de macro alocação consideram essa premissa.

21.4.1. Indicadores para evidenciação da capacidade de pagamento de Obrigações (Passivo)

A Entidade acompanhará os seguintes indicadores para evidenciação da capacidade de pagamento de suas obrigações com os participantes. Tais indicadores foram baseados nos índices de liquidez desenvolvidos pela PREVIC e publicados no Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar, com adaptação de metodologia para adequação das informações disponíveis.

Não serão estabelecidos parâmetros mínimos, sem prejuízo de vir a agir quando os níveis dos índices a seguir apresentados estiverem abaixo de 1.

Índice de Liquidez Global (ILG)

O índice de liquidez global (ILG) tem por objetivo mensurar a disponibilidade de ativos líquidos, independentemente dos respectivos prazos de vencimento ou da volatilidade, para fazer frente às obrigações com participantes projetadas para cinco anos.

Entende-se por ativos líquidos o composto do total de títulos públicos, títulos privados de renda fixa, operações compromissadas em carteira e fundos de renda fixa e renda variável sem restrição para resgates. O índice compara esse montante de liquidez, frente ao fluxo atuarial líquido (total dos fluxos de benefícios subtraídos dos fluxos de contribuições de ativos e assistidos) estimado para os próximos cinco anos, descontada da meta atuarial.

Quando superior a um, o índice informa a existência de fluxos de ativos com liquidez em montante superior aos passivos atuariais líquidos, indicando que não há insuficiência de ativos para cobrir as obrigações.

Quanto maior o ILG, maior a flexibilidade para a realização de ativos e evitar perdas decorrentes da necessidade de negociar sob condições adversas de mercado, a preços inferiores aos estabelecidos como meta quando adquiridos.

Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP)

O índice de liquidez de curto prazo (ILCP) relaciona o valor presente (VP) dos títulos de renda fixa em carteira (títulos públicos, títulos privados e operações compromissadas) de prazos de vencimentos curtos (até cinco anos) com os VP das obrigações atuariais líquidas das contribuições, no mesmo prazo (até cinco anos).

Quando superior a um, o índice informa a existência de fluxos de renda fixa em montante superior aos passivos atuariais líquidos, indicando menor necessidade de realizar outros ativos para cobrir as obrigações no período de referência. Portanto, o ILCP maior tende a reduzir a exposição ao risco de mercado.

21.5. Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão decorre de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

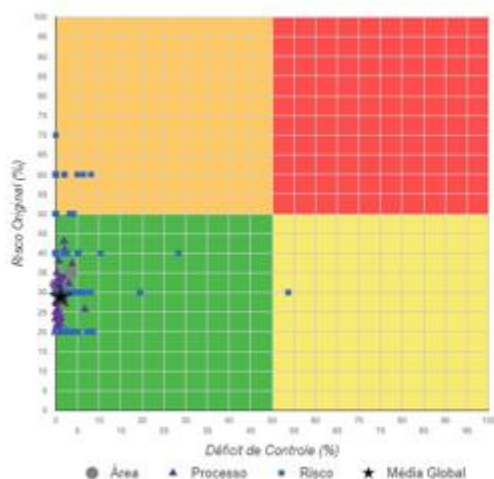
- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Normatização de processos;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados.
- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

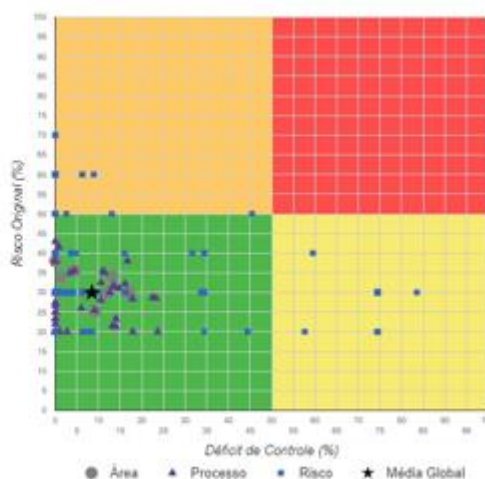
As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

O controle global da entidade se dará por meio de duas matrizes de risco. A matriz original avalia o conhecimento da entidade e a criticidade de seus riscos e a matriz residual o conhecimento do risco e a influência dos controles declarados existentes.

Matriz residual 5º ciclo de avaliação



Matriz residual 4º ciclo de



Fonte: Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos – 2023

A matriz residual traz mais informações para a Entidade e com isso maior relevância na análise, conforme podemos observar no relatório de controles internos. A Entidade periodicamente revisa esses controles e processos adotados.

21.6. Risco Legal

Em função de o risco legal permear todo o processo de investimentos, esse risco é monitorado de forma contínua. Para tanto, são observadas, no mínimo, os seguintes procedimentos:

- Solicitação de parecer jurídico a escritório especializado quando houver a necessidade de amparar o risco legal de investimentos, ou de entender os riscos jurídicos relacionados às garantias;

- Apoio constante de consultores especializados nas discussões acerca do enquadramento dos investimentos;
- Elaboração periódica de relatórios de enquadramento e de monitoramento da Política de Investimentos;
- Elaboração de pareceres dos contratos firmados entre a FIPECq e seus diversos prestadores de serviços.

21.7. Risco Sistêmico

Entende-se por risco sistêmico aquele decorrente da crise de confiança em diversas instituições de um mesmo segmento econômico, podendo evoluir para uma reação em cadeia que afeta a economia de maneira mais ampla. Dessa forma, trata-se de um risco difícil de controlar, apesar de ter identificação relativamente simples.

Com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sistêmico, parte significativa dos recursos será mantida em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que disponham de garantias. Além disso, serão respeitados todos os limites de diversificação e de concentração exigidos pela legislação.

21.8. Risco de Terceirização

A contratação de agentes fiduciários, tal como gestores, custodiantes, administradores e consultores, deve ser precedida de análise da capacidade técnica desses prestadores de serviços, a partir de métricas adequadas a cada uma de suas funções.

Somente poderão ser contratados aqueles prestadores que cumpram as exigências mínimas previstas pela Resolução CMN nº 4.994 quanto a seus cadastros e certificações junto aos órgãos competentes. Adicionalmente, serão observadas as questões de conflitos de interesse, sempre visando à inexistência de tais situações, sobretudo nas questões relacionadas à gestão de recursos, avaliação de riscos e enquadramento.

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos da FIPECq. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a FIPECq de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que a FIPECq tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento (performance e aderência ao mandato) de seus gestores externos, em linha com a legislação vigente bem como com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas para Investimentos Previc em seus itens 52: “O procedimento de seleção dos gestores, pela EFPC, deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros ” e 56: “A negociação entre a entidade e seus prestadores de serviços deve incluir, nos contratos, cláusulas sobre penalidades e condições para rescisão antecipada, quando se verificar o descumprimento dos mandatos.”

A estrutura da FIPECq que contempla ainda uma estratégia de fundo de fundos exige que se tenha um processo de acompanhamento formal, com aspectos qualitativos e quantitativos dos fundos investidos.

21.9. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), visa estabelecer um cenário de segurança jurídica, mediante a padronização de normas e práticas que promovam a proteção e o tratamento dos dados das pessoas físicas. A FIPECq possui estrutura focada no controle de riscos e vem adotando práticas quanto à proteção dos dados das pessoas que se relacionam com a Entidade, sejam elas participantes, assistidas, colaboradoras, prestadoras de serviços entre outros. Decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios e regras da LGPD serão observados e aplicados nas atividades da FIPECq.

21.10. Risco relacionado à sustentabilidade

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir regras de investimento responsável.

Ao longo da vigência desta política, a FIPECq analisará os princípios socioambientais descritos, considerando as particularidades de cada investimento sob análise, contemplando os elementos acerca da Sustentabilidade Econômica, Social e Governança das operações.

22. CONTROLES INTERNOS

22.1. Controles internos aplicados na gestão de riscos

Risco	Monitoramento	Controles adotados
Risco Atuarial	- Análise da Solvência	- ALM - Monitoramento das provisões matemáticas e do ativo total
Risco de Mercado	- Modelos de <i>VaR</i> e/ou <i>B-VaR</i> ; - Teste de Stress.	- Relatórios de Risco; - Monitoramento dos deslocamentos e limites estabelecidos.
Risco de Crédito	- Diversificação; - Acompanhamento de <i>ratings</i> .	- Relatórios de Risco; - Monitoramento dos limites estabelecidos e alterações de <i>rating</i> .
Risco de Liquidez	- Liquidez dos ativos de mercado.	- Monitoramento dos prazos de resgate e carência de fundos abertos; - Monitoramento da demanda de mercado através de relatórios de risco e Relatório de Compliance; - Após concluído o estudo de ALM a FIPECq extrai do referido estudo uma tabulação com a liquidez a ser requerida de forma a acompanhar a necessidade de desembolso de caixa para fins de pagamentos de benefícios.
Risco Operacional	- Controles Inadequados; - Falhas de Gerenciamentos; - Erros Humanos.	- Mapeamento de processos e rotinas de trabalho; - Adoção de práticas de governança corporativa; - Certificação dos profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
Risco Legal	- Violação da Legislação e Política; - Violação de Regulamentos; - Faltas em contratos.	- Enquadramento da Política de Investimentos; - Monitoramento dos limites gerais no Relatório de Compliance; - Avaliação técnica e criteriosa de contratos com gestores e prestadores de serviço.
Risco Sistêmico	- Possíveis perdas causadas por problemas generalizados no mercado.	- Priorizar os investimentos em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; - Considerar aspectos de diversificação de setores e emissores.
Risco de terceirização	- Acompanhamento do fundo exclusivo - Acompanhamento dos fundos investidos em segundo nível	- Aderência em relação ao mandato do fundo exclusivo em termos de risco e performance - Processo de seleção quantitativo e qualitativo dos fundos abertos

23. DESENQUADRAMENTOS

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

DESENQUADRAMENTO		
ATIVO	PASSIVO	TRANSITÓRIO
<p>Ocasionado por erros ou falhas internas:</p> <p>Imediata correção;</p> <p>Comunicar à Diretoria Executiva, para providências;</p> <p>Informar ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;</p> <p>Conselho fiscal deve incluir o evento no relatório semestral de controles internos;</p> <p>Desenquadramento gerado por terceiros:</p> <p>Descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos.</p> <p>Passível de sanções ao gestor e ao administrador de recursos, que podem incluir ações que vão desde a sua advertência formal, passando por resgate de recursos, encerramento de contratos, acionamento perante os órgãos de controle para apuração de responsabilidades e, em casos graves, abertura de processos judiciais para reparação dos danos e prejuízos causados ao patrimônio dos planos.</p> <p>Deve ser incluído no monitoramento dos serviços prestados .</p> <p>Deve ser informado à Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.</p> <p>Caberá ao AETQ e ARGR providenciarem o necessário para a correção do fato e desenvolvimento de soluções para evitar sua recorrência.</p>	<p>Regra geral:</p> <p>Os desenquadramentos de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente.</p> <p>Deve ser corrigido em até 2 anos da sua data de ocorrência</p> <p>A FUNDAÇÃO fica impedida, até o respectivo reenquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.</p> <p>Regra para fundos:</p> <p>A FUNDAÇÃO tem até sessenta dias a partir da data de cada integralização para enquadrar-se aos limites de alocação por emissor previstos no art. 28, inc. II da Res. CMN nº 4.994/2022.</p>	<p>Investimentos realizados antes da entrada em vigor da Res. CMN nº 4.994/2022, de 24/03/2022:</p> <p>Investimentos, que se tornaram desenquadrados por causa de alterações nos limites e requisitos estabelecidos ou modificados pela nova resolução, poderão ser mantidos até a data do seu vencimento ou de sua alienação, conforme o caso.</p> <p>A FUNDAÇÃO fica impedida de efetuar novas aplicações nesses investimentos, até que se observe o enquadramento conforme prevê a nova resolução.</p> <p>Poderão ser realizadas as integralizações das cotas, quando decorrentes de compromissos formalmente assumidos pela FUNDAÇÃO, antes de 25/05/2018, nos seguintes instrumentos:</p> <p>I - FIDC e FICFIDC;</p> <p>II - FIP; e</p> <p>III - FII ou FICFII.</p> <p>Investimentos em imóveis realizados antes da entrada em vigor da Res. CMN nº 4.994/22:</p> <p>Em até doze anos (até 24/05/2030), a FUNDAÇÃO deverá alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir FII para abrigá-los.</p>